

TECNOLOGIAS SOCIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

1 INTRODUÇÃO

As organizações da sociedade civil (OSC) têm papel importante no atendimento às demandas de populações mais vulneráveis que não tem suas demandas atendidas, pelo menos em sua totalidade, pelo Estado. Um dos métodos utilizados para o enfrentamento dos problemas sociais pelas OSCs é uso de tecnologias sociais para tentar mudar uma realidade vivida nessas localidades.

As OSCs são organizações sem fins lucrativos cujo objetivo final não é o lucro, mas o bem-estar social (Alves & Costa, 2020; Pereira, *et al.*, 2015; Oliveira, Nogueira & Silva, 2004). Um fato interessante é que, a existência das OSCs advém da ausência e ou ineficiência do Estado, e também o mercado, em atender as necessidades da população em algum aspecto, podendo ser econômico ou não, o que compreenderia essas organizações como um elemento complementar do Estado (Alves & Costa, 2020; Teodósio, 2008; Medauar, 2003). A essência dessas organizações está na em servir a sociedade (Marques *et al.*, 2015), sendo que estas não existem para obtenção de lucros, e sim para o reinvestimento em sua causa existencial (Rosa & Petri, 2020).

Entre suas características, as OSCs possuem ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade (Grazzioli *et al.*, 2015). Os programas e projetos sociais das organizações desse setor englobam a busca por emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, ou seja, igualitária e com justiça social, além de também conter programas meramente assistenciais, mas todos apresentam algo em comum, a fala em nome da cidadania. (Gohn, 2001).

Na execução de suas atividades, muitas dessas organizações utilizam de tecnologias sociais para enfrentamento dos problemas vividos em suas comunidades. O conceito de tecnologias sociais tem origem nos estudos de tecnologia apropriada, que consistia na transferência de tecnologia de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, no entanto essas tecnologias recebiam muitas críticas por não resolverem problemas sociais de países pobres (Franzoni & Silva, 2016). As tecnologias sociais são consideradas um complemento desse criticado, e é idealizado como uma alternativa à tecnologia convencional, com o objetivo de solucionar problemas sociais em comunidades pobres. (Oliveira & Silva, 2012)

As tecnologias sociais buscam soluções de demandas sociais da sociedade de forma democrática, partindo de estratégias elaboradas com o conceito de mobilizar e incentivar a participação da comunidade. O aprendizado e a apropriação do trabalho pelos beneficiários devem conduzir o seu trabalho. (Ássimos, Almeida, Batinga & Pinto, 2018)

As tecnologias sociais estão dentro de um contexto de inovação social, onde é de suma importância considerar o contexto da localidade de atuação tanto para a análise dos problemas sociais ali encontrados, bem como para a definição de solução para o enfrentamento desses problemas (Medeiros & Gomez, 2019; Araújo, Oliveira & Correia, 2021).

Nesses termos, esse artigo tem a seguinte problemática: As tecnologias sociais atingem seus objetivos quando do uso por entidades da sociedade civil?

Portanto, essa pesquisa tem como objetivo levantar e analisar como organizações da sociedade civil utilizam e quais são suas percepções das contribuições proporcionadas pelas tecnologias sociais. Para isso, foi feito um estudo com organizações da sociedade civil que trabalham com foco em assistência social em diferentes cidades do Brasil.

A pesquisa está estruturada da seguinte forma: após essa breve contextualização é feito uma contextualização dos temas (organizações da sociedade civil, inovação social e

tecnologias sociais) na segunda seção. Na terceira seção é apresentada a metodologia da pesquisa. Na quarta seção, tem-se a discussão dos resultados e por fim, seguem as considerações finais, a título de conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Organizações da Sociedade Civil

As organizações da sociedade civil (OSC) tem um importante papel dentro de um país, principalmente para a população menos favorecida. Essas sociedades surgiram, basicamente para atender falhas de mercado e falhas de oferta, por parte do governo, ou seja, para essas organizações existirem é preciso que haja uma ausência ou ineficiência do Estado em atender à necessidade das pessoas, podendo dizer que seria uma forma residual do Estado na sociedade (Alves & Costa, 2020). Essas organizações representam a ação social de uma coletividade em prol de uma causa social, dessa forma, atendendo seu papel dentro de uma responsabilidade social (Oliveira, Nogueira & Silva, 2004).

É importante fazer a distinção do campo de atuação das OSCs para o campo de atuação de Estado e empresas, sendo que o Estado (1º setor) engloba os agentes públicos que atuam em prol do interesse público e, as empresas (2º setor) engloba os agentes privados que atuam em prol de interesses particulares (Storto & Reicher, 2014).

A partir dos anos 90, a tendência no mundo em busca de ampliar a democracia deu mais espaço para a sociedade civil, crescendo o número de entidades que passaram a ser conhecidas como ONGs, ou sob o nome de Terceiro Setor. E, na busca de reconhecimento e realização dos interesses que defendem, tais grupos exercem pressão sobre os órgãos e poderes estatais. (Medauar, 2003).

Esse termo muito utilizado para se referir as organizações da sociedade civil surgiu da realidade norte-americana, em uma ideia de filantropia em um contexto em que não há a tradição do estado social, identificando o universo conhecido como *voluntary sector* ou *non-profit sector* (França Filho, Rigo & Souza, 2020). Os autores elencam as 5 características essenciais dessas organizações: elas são formais, privadas, independentes, não devem distribuir lucros e devem comportar um certo nível de participação voluntária. Além disso, reforçam que há uma generalização do uso do termo Terceiro Setor, e isso deve ao fato de que ocorreu um movimento de exportação de ideias e conceitos de países ao Norte para os países ao Sul.

Para Coelho (2000), as organizações da sociedade civil são formadas por instituições cujas atividades não são coercitivas, ou seja, possuem toda liberdade de atuação, porém seu objetivo não está ligado ao lucro, mas sim ao atendimento das necessidades coletivas. A atuação dessas organizações é respaldada, também, entre outros motivos, pela falta de capacidade do Estado em prover as demandas minoritárias da população (França Filho, Rigo & Souza, 2020).

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2004), as Entidades de Interesse Social contemplam uma ampla variedade de instituições privadas que atuam nas mais diversas áreas de interesse público, tais como promoção da assistência social, educação, saúde, defesa do meio ambiente e pesquisas científicas, entre outras e, para a consecução das finalidades a que se propõem, essas entidades adotam a forma jurídica de associação ou de fundação, ambas previstas pelo Código Civil Brasileiro.

As OSCs são um ponto central de uma ampliação da esfera pública, cidadania e provisão de políticas públicas, e programas e projetos sociais, pois essas organizações devem atuar de forma comunicativa, sendo que suas ações devem ser implementadas a partir da relação com diferentes atores sociais, a partir de esferas públicas (Teodósio, 2008).

Essas relações com diferentes atores sociais podem ser representadas por relações intra-setoriais, e elas são importantes pois promovem avanços na provisão de políticas sociais e transformam de maneira positiva a esfera pública, através da construção de uma cultura política renovada que se torna capaz de impulsionar o avanço do exercício da cidadania (Teodósio, 2008).

É muito importante enxergarmos um contexto atual das organizações da sociedade civil no Brasil, onde Alves e Costa (2020), alertam para quatro questões centrais que envolvem essas organizações: 1 – Financeira, onde as OSC vem enfrentado uma dificuldade de arrecadação de doações internacionais nesse século; 2 – Institucional, onde está a regulamentação legal dessas organizações, com destaque aqui para o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), e também a relação com Estado, onde, devido as práticas serem do ponto de vista do Estado gera pouca confiança entre as partes; 3 – Gerencial, onde, na maioria dos casos, as OSCs não possuem competências gerenciais específicas para arrecadação de recursos e desenvolvimento institucional; 4 – Político, onde um comportamento hostil do governo com essas organizações pode gerar dificuldades na aproximação com o cidadão, dificultando a doação de recursos e/ou trabalho voluntariado.

2.2 Inovação Social

Para falar de inovação social é importante entender a evolução e perspectivas desse conceito entre os autores. O termo inovação social deriva de inovação. Agostini *et al.* (2017) analisa que a inovação não precisa necessariamente ser ligada apenas à atividade comercial. O Manual de Oslo (1997, p. 22) afirma que “a inovação pode ocorrer em qualquer setor da economia, incluindo os serviços públicos, como saúde e educação”.

A inovação em si, é um termo que foi difundido por Schumpeter (1985), sendo este relacionado à introdução de novos bens e novos métodos de produção, bem como a abertura de novos mercados e a conquista de novas fontes de matérias-primas, além de se estabelecer novas formas de organização da indústria. Mas não é só isso, inovação é um termo amplo, que se estende a expressões artísticas, âmbito educacional, e inclui também a inovação social (Bezerra-de-Sousa & Teixeira, 2019). Sendo um dos tipos de inovação, a inovação social pode ser compreendida como novas soluções que buscam satisfazer necessidades sociais em busca de melhorar o bem-estar de grupos vulneráveis de pessoas (Correia, Melo & Oliveira, 2019; D’Amario & Comini, 2020).

A inovação social traz algumas diferenças, em termos de objetivos, da inovação tradicional, sendo que a tradicional é voltada ao lucro, a vantagem competitiva, mudança tecnológica, criação de novos produtos e serviços, enquanto a inovação social busca o bem-estar da sociedade, a criação de valor social, está voltada para as comunidades, para a criação de novas práticas sociais (Bezerra-de-Sousa & Teixeira, 2019), como pode ser visto no quadro abaixo.

A inovação social preserva algumas características clássicas da inovação tradicional, como a busca permanente de algo novo para a resolução de problemas, isso a partir de integração de conhecimentos, públicos ou privados e científicos ou tácitos (Lima, Costa, Cabral, Silva Filho & Santos, 2013). Outra contribuição importante da inovação social diz respeito no desenvolvimento de novos produtos/serviços, que são capazes de produzirem resultados que atendem as necessidades sociais das comunidades (Araújo, Oliveira & Correia, 2021).

De forma geral, a inovação social diz respeito a um bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades, promovendo uma mudança social através do preenchimento de lacunas sociais consideradas insatisfatórias, podendo se manifestar através de tecnologias, produtos e bens e serviços (Gentil *et al.*, 2019). Pisano, Lange & Berger (2015) pontuam sobre o como é

importante o contexto para o desenvolvimento das inovações sociais, sendo que ocorrem em contextos sociais, culturais, econômicos e ambientais mais amplos, e é são nesses contextos que as inovações sociais são formuladas e incorporadas.

Pisano, Lange & Berger (2015) trazem 5 elementos centrais que devem estar presentes para definir uma inovação social:

Quadro 1 – Elementos Centrais da Inovação Social

Elementos		Descrição
1	Novidade	As inovações sociais precisam ser novas de alguma forma, sejam novas para o campo, setor, região, mercado ou usuário, ou para serem aplicadas de uma nova forma;
2	Ideias/Implementação	A inovação social preocupa-se com a aplicação prática ou implementação de uma nova ideia que precisa ser (ou tem potencial para ser) financeiramente sustentável a médio e longo prazo;
3	Necessidade Social	Uma das características distintivas de uma inovação social é que ela é explicitamente projetada para atender a uma necessidade social, entendida como algo que pode causar danos graves ou sofrimento socialmente reconhecível quando não atendido;
4	Eficácia	A inovação social deve ser mais eficaz do que as soluções existentes, criando uma melhoria mensurável em termos de resultados (ou seja, qualidade, níveis de satisfação do usuário, taxas de adoção ou redução de custos ou impactos de nível mais alto, como melhoria do bem-estar ou social coesão);
5	Ação da Sociedade	O processo de inovação social é importante: na verdade, o processo de inovação social aumenta a capacidade de ação da sociedade e muitas vezes acarreta mudanças nas relações sociais e de poder. Ele capacita os beneficiários criando novas funções e relacionamentos, desenvolvendo ativos e capacidades e/ou melhor uso de ativos e recursos.

Fonte: Elaborado pelo autores a partir de Pisano, Lange & Berger (2015)

De forma geral, os conceitos que envolve inovação social têm foco em duas perspectivas: foco no resultado e foco no processo (Pasa Gómez & Nóbrega Correia, 2018). Na perspectiva do resultado, o foco é solucionar problemas para situações não atendidas, e também criar valor para a sociedade como um todo. Na perspectiva do processo, o foco não é apenas a necessidade social que não está sendo atendida, mas as alternativas de inovação social que podem surgir a partir das condições específicas do contexto socioeconômico do local, além de colaboração ativa entre os atores através de uma rede de parcerias formais e informais entre diferentes atores envolvidos no processo.

Importante mencionar que nem todos pesquisadores que trabalham com transformação social tem em seu conceito chave o termo inovação social, sendo as vezes utilizado o termo tecnologia social, de acordo com o contexto e discussão (Souza & Pozzebon, 2020).

2.3 Tecnologias Sociais

Para entender melhor o conceito de tecnologias sociais é importante fazer uma abordagem macro do tema, nos levando a necessidade de abordar a inovação social.

Na América do Sul, o termo tecnologia social se equivale ao termo inovação social, porém, é importante frisar que esses termos na língua inglesa não tem a mesma equivalência, sendo o

termo *social technology* faz referência às redes sociais da internet (Souza & Pozzebon, 2020). Segundo Souza & Pozzebon (2020), o termo Tecnologia Social vem das desigualdades produzidas por fatores locais e globais, onde grande parte da população vive em exclusão social, causadas, também, pelas tecnologias convencionais que frequentemente implicam em exclusão e/ou empobrecimento do trabalho humano. Esse conceito é complementado por Costa, *et al.* (2014), afirmando que a tecnologia social busca suprir as necessidades de um grupo, respeitando seus traços culturais, crenças e costumes.

As tecnologias sociais (TS) são derivadas das tecnologias apropriadas (TA), que foi difundida nos 70 com a ideia de combater a pobreza e permitir o desenvolvimento dos países mais desfavorecidos, com o uso de tecnologias que fossem sustentáveis. Essas tecnologias apresentavam como características possuir baixo custo de produtos ou serviços, além de baixo investimento necessário para produção, com processos simples e efeitos positivos para sociedade. (Ventura, Garcia & Andrade, 2012)

Essas tecnologias apropriadas apresentavam um problema, pois eram desenvolvidas por países desenvolvidos para serem aplicadas em países em desenvolvimento, o que ocasionava um erro de transferência de tecnologia, pois essas não consideravam as questões culturais das comunidades locais. (Ventura, Garcia & Andrade, 2012)

O conceito de tecnologias sociais é uma evolução das tecnologias apropriadas, complementando conceitos (Dagnino, Brandão e Novaes, 2004). Diferentemente do que ocorre na TA, nas tecnologias sociais os beneficiários participam como atores centrais no processo. (Rodrigues & Barbieri, 2008)

O Instituto de Tecnologia Social (ITS) define as tecnologias como sendo um conjunto de técnicas e metodologias transformadas, desenvolvidas e/ou aplicadas em interação com uma população e apropriadas por ela, trazendo soluções para o problema da inclusão social e melhoria das condições de vida dessa população. As TS buscam dar respostas mediante uma solução tecnológica a problemas sociais existentes, ou seja, ao invés do uso de tecnologias convencionais, buscam ser uma ponte entre as demandas sociais e soluções mediante aplicação de conhecimento local (ITS, 2007).

As TS são produtos, técnicas e/ou metodologias que são reaplicáveis e são desenvolvidas a partir da interação com seus beneficiários, representando efetivas soluções de transformação social. As TS são vistas como alternativas às tecnologias convencionais (TC), que é um produto da empresa privada, e estão em consonância com os princípios da economia solidária (ES) (Correio, 2011). Sendo assim, as TS representam um desenvolvimento sustentável de modo autêntico, visto que além da erradicação da pobreza e cuidado com o meio ambiente, ela promove a cidadania deliberativa. (Rodrigues & Barbieri, 2008). As TS apresentam em sua constituição 4 dimensões (ITS, 2020): Conhecimento, ciência e tecnologia; Participação, cidadania e democracia; Educação; e Relevância social.

3 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como um levantamento de caráter qualitativo, exploratório e descritivo. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso com organizações da sociedade civil que trabalham com foco em assistência social, com o objetivo de analisar como se dá o uso das tecnologias sociais por estas entidades, identificando se os objetivos das tecnologias de fato são alcançados em sua aplicação nas comunidades.

O caso a ser estudado será de sete organizações da sociedade civil que desenvolvem trabalhos na área de assistência social em diferentes localidades do Brasil. A opção por essas organizações se deu pelo fato de elas utilizarem tecnologias sociais no desenvolvimento de

seus projetos, e além disso, estão em áreas pobres do país, o que possibilita um estudo frente aos objetivos de aplicação das tecnologias sociais.

O estudo utilizou-se de coleta de dados primários, por meio de um questionário enviado por e-mail para as organizações da sociedade civil. O questionário continha perguntas relacionadas à utilização e impressão dos resultados que o uso das tecnologias sociais traz no desenvolvimento dos trabalhos das organizações. Os questionários foram respondidos pelo gestor de cada organização.

Paralelamente a aplicação do questionário, foi feita uma coleta de dados secundários através de consultas a bibliografias relacionadas ao tema para dar embasamento teórico ao artigo e na análise dos dados coletados através da entrevista.

Em seguida, foi feita uma sistematização dos achados nos questionários, possibilitando a análise sobre o uso das tecnologias sociais por organizações da sociedade civil que trabalham com o foco em assistência social. Num primeiro momento esses dados foram analisados de forma individual, por cada organização que respondeu o questionário, e posteriormente os dados foram comparados entre si, mantendo-se o foco no objetivo da pesquisa.

Por fim, foi feita uma triangulação dos dados coletados por meio da revisão bibliográfica e dos questionários aplicados, uma vez que a problemática da pesquisa, os dados e a conclusão estão vinculadas entre si, o que possibilitou um confronto entre o que as tecnologias sociais se propõem a entregar e o que é a visão de organizações da sociedade civil, com foco em assistência social, sobre os resultados que essas tecnologias trazem no dia a dia em sua aplicação.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada com sete organizações da sociedade civil que tem a assistência social como foco principal de seus trabalhos. Essas organizações estão assim distribuídas pelo Brasil: 5 organizações do Nordeste e 2 no Sudeste. As organizações do Nordeste estão 3 no estado Ceará, nas cidades de Ocara, Barbalha e Itapiúna; 1 no estado Piauí na cidade de Santa Luz; 1 no estado da Bahia na cidade de Anagé. As 2 organizações do Sudeste estão no estado de Minas Gerais, nas cidades de Turmalina e Carbonita, ambas no Vale do Jequitinhonha.

Para identificação na análise dos dados as organizações serão assim identificadas:

- α (alfa) = Ocara/CE
- β (beta) = Itapiúna/CE
- γ (gama) = Turmalina/MG
- δ (delta) = Santa Luz/PI
- ϵ (épsilon) = Barbalha/CE
- κ (capa) = Carbonita/MG
- σ (sigma) = Anagé/BA

As organizações apresentam similaridade em sua atuação e público atendido, sendo que todas trabalham no desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens em situação de privação, exclusão e vulnerabilidade social em comunidades carentes de suas regiões. Para o atendimento desse público, essas organizações utilizam de tecnologias sociais para enfrentamento dos problemas na realidade que cada organização está inserida.

Diante dos dados coletados é possível verificar um uso constante das tecnologias sociais por parte dessas organizações, visto que todas possuem um portfólio abrangente de tecnologias para diferente problemas, sendo que de todas as 7 organizações, a que continha menos tecnologias sociais em seus trabalhos utilizava 3 tipos diferentes de abordagem.

Outro ponto a se destacar é referente a visão que os gestores dessas organizações possuem sobre essas tecnologias sociais no que diz respeito a eficácia de resolução de problemas sociais. Todos os gestores acreditam que sim, de fato as tecnologias sociais trazem um importante resultado nos enfrentamentos dos problemas que os públicos atendidos pelas organizações enfrentam. Houve citações por parte de gestores que essas tecnologias trabalham o empoderamento e protagonismo dos beneficiários, que é uma característica própria das tecnologias sociais, uma vez que se dá uma importância para a participação efetiva daqueles que serão os seus beneficiados, fazendo a construção soluções dos problemas sociais de forma coletiva, o que difere das tecnologias apropriada e convencional. (Rodrigues & Barbieri, 2008).

Segundo o Instituto de Tecnologia Social ITS (2020), há 6 objetivos específicos que as tecnologias sociais buscam em sua aplicação. Quando observado na tabela 1 a percepção das organizações sobre o alcance ou não desses objetivos no dia a dia, é constatado um expressivo nos resultados, com destaque para quatro objetivos que são citados em 6 das 7 organizações, e outros dois objetivos foram citados por 5 das 7 organizações. Outro dado que chama a atenção é que as organizações “ α ”, “ δ ”, “ ε ” e “ κ ” entendem que as tecnologias sociais cumprem em sua totalidade os objetivos propostos. Nenhum objetivo deixou de ser citado na pesquisa, o que demonstra que em um momento ou outro, estes objetivos são alcançados no universo pesquisado.

Tabela 1 – Percepção das organizações quanto aos objetivos das TS

Objetivos	Organizações						
	α	β	γ	δ	ε	κ	σ
1. Solução de demandas sociais concretas, vividas e identificadas pela população	x	x	x	x	x	x	
2. Participação, apropriação e aprendizagem por parte da população e de outros atores envolvidos	x	x		x	x	x	
3. Planejamento e aplicação de conhecimento de forma organizada	x		x	x	x	x	x
4. Produção de novos conhecimentos a partir da prática	x		x	x	x	x	x
5. Sustentabilidade econômica, social e ambiental	x			x	x	x	x
6. Aprendizagens que servem de referência para novas experiências	x	x		x	x	x	x

Fonte: Elaborada pelos autores.

Partindo para a análise do foco de trabalho das tecnologias sociais, o ITS (2020) elenca 20 temas possíveis de atuação. Analisando a tabela 2, verifica-se que 13 desses temas foram citados pelas organizações como sendo trabalhados por elas, e estes temas citados vão de encontro com o foco de atuação das 7 organizações, que é a assistência social. Dos temas citados, é importante destacar que quatro deles foram lembrados por todas as organizações, que demonstra tipos soluções iguais a problemas comuns entre elas, que estas organizações enfrentam em suas comunidades. São estes temas citados por todas organizações:

- Geração de trabalho e renda;
- Economia solidária;
- Desenvolvimento local participativo;
- Direitos da criança e adolescente.

Outros dois temas apareceram com destaque nos dados coletados, sendo a “Educação” e a “Promoção da igualdade em relação à raça, gênero e de pessoas com deficiência”. Além destes, o trabalho com a saúde pública foi citado por cinco organizações como parte do eixo de sua atuação.

Notou-se que em relação a quantidade de temas trabalhados pelas organizações, há uma diversificação em seus trabalhos, já que elas trabalham com pelo menos 7 temas propostos nas definições do ITS (2020).

Tabela 2 – Percepção das organizações quanto aos temas das TS

Temas	Organizações						
	α	β	γ	δ	ϵ	κ	σ
Segurança alimentar		x		x	x	x	
Geração de trabalho e renda	x	x	x	x	x	x	x
Economia solidária	x	x	x	x	x	x	x
Microcrédito produtivo					x		
Energia				x			
Meio ambiente				x	x	x	x
Inovação tecnológica	x				x		
Tecnologia assistiva							
Agricultura familiar	x			x			
Agroecologia							
Sementes crioulas							
Raças animais crioulas							
Reforma agrária							
Saneamento básico							
Educação	x		x	x	x	x	x
Desenvolvimento local participativo	x	x	x	x	x	x	x
Saúde pública	x	x	x		x	x	
Direitos da criança e adolescente	x	x	x	x	x	x	x
Moradia popular							
Promoção da igualdade em relação à raça, gênero e de pessoas com deficiência	x	x	x		x	x	x

Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebe-se, que há também uma homogeneidade nas atuações quando analisado as organizações por áreas geográficas de atuação. As organizações de Minas Gerais (“ κ ” e “ γ ”) compartilham 7 temas de foco de trabalho das TS. As organizações do Ceará (“ α ”, “ β ” e “ ϵ ”) compartilham 6 temas de foco de trabalho das TS, e acrescentando as organizações do Piauí (“ δ ”) e da Bahia (“ σ ”), o Nordeste compartilha de 4 temas de foco de trabalho das TS.

Diante dos dados analisados, verificou-se a confirmação das quatro fases essenciais das tecnologias sociais que são parte do sucesso de sua viabilidade em escala (Fundação banco do Brasil, p.68, 2004).

1. **Criação:** nascem ou da sabedoria popular, ou do conhecimento científico, ou da combinação de ambas;
2. **Viabilidade Técnica:** consolidação de um padrão tecnológico;
3. **Viabilidade Política:** ganha autoridade e visibilidade. Entidades civis e outras organizações passam a reivindicar seu uso;
4. **Viabilidade Social:** precisa ter bases de apoio para que seja demonstrada, replicada e cercada de orientações a quem a aplica.

Desse modo, percebe-se que as tecnologias sociais cumprem seus papéis nos trabalhos dessas 7 organizações da sociedade civil, com foco em assistência social, de acordo com os dados coletados dos questionários respondidos por seus gestores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo dessa pesquisa foi analisar se os usos das tecnologias sociais por parte de organizações da sociedade civil, com foco em assistência social, atingem seus objetivos propostos em sua constituição, segundo o ITS. A pesquisa também analisou quais temas de trabalho propostos pelas tecnologias sociais (ITS, 2020) estão no foco de trabalho de trabalho e projetos dessas sete organizações. A análise foi feita a partir de da identificação dos objetivos das tecnologias sociais, frente a questionários respondido por sete organizações da sociedade civil que utilizam as tecnologias sociais no desenvolvimento de seus projetos sociais.

Quando se analisa a questão de alcance dos objetivos das tecnologias sociais, os dados levantados indicam que para as setes organizações estudadas há sim um êxito no desenvolvimento das tecnologias sociais. Dos seis objetivos propostos pelas tecnologias sociais, todos foram citados pelas organizações em algum questionário, sendo que quatro deles foram citados por seis das sete organizações, e os outros dois foram citados por cinco organizações.

Em relação aos temas de trabalho das tecnologias sociais, percebe-se que dos vinte temas propostos, treze deles foram citados por pelo menos uma organização. Além disso, os dados mostraram que há uma diversificação no uso desses temas, sendo que cada organização trabalha com pelo menos sete desses temas em seus eixos de atuação. Destaca-se que os temas não citados fogem um pouco da proposta de trabalho dessas organizações, que é a assistência social.

Atendendo ao objetivo da pesquisa, esse estudo evidenciou que de fato as tecnologias sociais atingem seus objetivos quando do uso de organizações da sociedade civil, com foco em assistência social. Sugere-se pesquisa futuras com organizações com outros focos de trabalho, buscando compreender qual a dinâmica de uso das tecnologias sociais por essas organizações, além de pesquisar se organizações de diferentes ramos possuem similaridade nos temas de atuação das tecnologias sociais.

Outra sugestão de agenda de pesquisa futura se refere a possível estudo juntos aos beneficiários/usuários das tecnologias sociais para entender os benefícios dessas tecnologias na perspectiva do usuário.

REFERÊNCIAS

Alves, Mário Aquino, & Costa, Marcelo Marchesini da. (2020). Colaboração entre governos e organizações da sociedade civil em resposta a situações de emergência. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 923-935. Epub August 28, 2020

Araújo, A. C. M., Oliveira, V. M., & Correia, S. E. N. (2021). Consumo Sustentável e Inovação Social: O Caso da Moeda Social do Banco Palmas. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 20(1), 140-170.

Ássimos, B. M., Almeida, G. T., Batinga, G. L., & Pinto, M. R. (2018). O Uso das Tecnologias Sociais Como Método de Pesquisa em Estudos Transformativos do Consumidor. *Revista ADM.MADE*, 22(2), 80-89.

Bezerra-de-Sousa, I. G., & Teixeira, R. M. (2019). Relações Conceituais entre Empreendedorismo Social e Inovação Social. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 13(4), 81-99.

Brasil. Lei Federal Nº 13.019/2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm. Acesso em 28/01/2021.

Coelho, S.C.T. (2000). *Terceiro setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: SENAC.

Correia, S. E. N., Melo, L. S. A., & Oliveira, V. M. (2019). Inovação Social e Sociedade Civil: Conteúdo, Processos e Empoderamento. *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 9(1), 50-62.

Conselho Federal de Contabilidade. (2004). *Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social*. 2. ed. Brasília: CFC, 2004.

Costa, J. S., Bastos, G. M. F., Lima, B. C. C., & Silva Filho, J. C. L. (2014). Inovação social, prazer e sofrimento no trabalho: o caso do Projeto Mandalla no Ceará. *Administração Pública e Gestão Social*, 6(1), 11-18.

Dagnino, R. P.; Brandão, F. C.; Novaes, H. T. N. (2004). Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Lassance, A.; Pedreira, S. (2004). *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. p. 15-64. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil.

D'Amario, Edison Quirino, & Comini, Graziella Maria. (2020). Inovação social nos empreendimentos sociais brasileiros: uma proposta de escala para sua classificação. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 22(1), 104-122.

França Filho, Genauto Carvalho de, Rigo, Ariádne Scalfoni, & Souza, Washington José de. (2020). A reconciliação entre o econômico e o social na noção de empresa social: limites e possibilidades (no contexto brasileiro). *Organizações & Sociedade*, 27(94), 556-584. Epub August 10, 2020

Franzoni, G. B., & Silva, T. N. (2016). Inovação Social e Tecnologia Social: O Caso da Cadeia Curta de Agricultores Familiares e a Alimentação Escolar em Porto Alegre/RS. *Desenvolvimento em Questão*, 14(37), 353-386.

Fundação Banco do Brasil (2004). *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social. Rio de Janeiro.

Gentil, Paula Pessoa de Castro, Guimarães, Liliane de Oliveira, Pereira, Denise de Castro, Diniz, Alexandre Magno, & Ckagnazarof, Ivan Beck. (2019). Governança territorial e inovação social nos processos de desenvolvimento regional em territórios de mineração: um modelo teórico em construção. *Cadernos EBAPE.BR*, 17(3), 509-522.

Gohn, M. G. (2001). Mídia terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, p. 213-213.

Grazzioli, A. *et al.*. *Manual de procedimentos para o terceiro setor*. Aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Brasília, 2015.

Instituto de Tecnologia Social — ITS (2007). *Tecnologia Social. Série conhecimento e cidadania*. Disponível em: < <http://www.itsbrasil.org.br/publicacoes>>. Acesso: 10 ago. 2020.

Instituto de Tecnologia Social — ITS (2020). *O que é tecnologia social*. E-book. Disponível em: < <http://www.itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social>>. Acesso: 10 ago. 2020.

- Lima, B. C. C., Costa, J. S., Cabral, A. C. A., Silva Filho, J. C. L., & Santos, S. M. D. (2013). Humor no Ceará como inovação social: uma análise do ambiente técnico e institucional. *Gestão e Sociedade*, 7(18), 343-368.
- Marques, B. A.; *et al.* (2015). Terceiro Setor: panorama das tendências de 1998 a 2013 por meio de um estudo bibliométrico. *Enfoque Reflexão Contábil*, v. 34, n. 2, p. 71-89.
- Medauar, O. (2003). *O Direito administrativo em evolução*. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Medeiros, C. B., & Gómez, C. R. P. (2019). Inovação Social na Análise do Ciclo de Expansão do Programa 1 Milhão de Cisternas. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 13(3), 44-59.
- OECD. (1997). Proposed guidelines for collecting and interpreting technological innovation data: Oslo manual 2. ed. *Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development – OECD*.
- Oliveira, N.; Silva, T. N. Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório no Creditag-RO. *Revista de Administração da UFSM*, v. 5, n. 2, 2012.
- Oliveira, A. M. V., Nogueira, U. A., & Silva, D. (2004). Responsabilidade social na visão de organizações da Sociedade Civil. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 6(15), 34-41.
- Pasa Gómez, Carla Regina, & Nóbrega Correia, Suzanne Érica (2018). INOVAÇÕES SOCIAIS E SEUS NÍVEIS DE ANÁLISE: O CASO PATAC – PB. *GESTÃO E DESENVOLVIMENTO*, 15(2),157-180.
- Pereira, M. L., Albuquerque, L. S., Oliveira, K. P. S., & Batista, F. F. (2015). Características de Mobilização de Recursos: Um Estudo nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) do Brasil. *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 5(3), 112-131.
- Pisano, U.; Lange, L. and Berger, G. (2015) Social innovation in Europe : an overview of the concept of social innovation in the context of European initiatives and practices (ESDN Quarterly Report ; 36) *Vienna, European Sustainable Development Network (ESDN)*
- Rodrigues, I., & Barbieri, J. C. (2008). A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração Pública*, 42(6), 1069-1094.
- Rosa, M. M., & Petri, S. M. (2020). Proposta de Framework para Avaliar o Desempenho de Organizações do Terceiro Setor. *NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia*, 10(1), 1-20.
- Schumpeter, J. A. (1985). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Tradução Maria Sílvia Possas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural.

Souza, A. C. A. A., & Pozzebon, M. (2020). Práticas e Mecanismos de uma Tecnologia Social: Proposição de um Modelo a Partir de uma Experiência no Semiárido. *Organizações & Sociedade*, 27(93), 231-254.

Storto, P. R., & Reicher, S. C. (2014). Elementos do direito do terceiro setor e o marco regulatório das organizações da sociedade civil. *Pensamento & Realidade*, 29(2), 19-43.

Teodósio, A. S. S. (2008). *Parcerias Tri-Setoriais na esfera pública: perspectivas, impasses e armadilhas para a modernização da gestão social no Brasil* (Tese de Doutorado). Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo.

Ventura, A. C., García, L. F., & Andrade, J. C. S. (2012). Tecnologias sociais: as organizações não governamentais no enfrentamento das mudanças climáticas e na promoção de desenvolvimento humano. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(3), 605-629.